

Plano Marshall pode servir de exemplo para a recuperação do RS

Cristine Pires

cristine.pires@jornaldocomercio.com.br

As águas que invadiram a maioria das cidades do Rio Grande do Sul recuaram e expuseram uma nova face da tragédia climática, evidenciando uma crise que demanda uma resposta em duas frentes: a assistência emergencial e a reconstrução da infraestrutura. Flávio Riberi, especialista da Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis, Atuariais e Financeiras (Fipecafi), sugere que o modelo do Plano Marshall, utilizado após a Segunda Guerra Mundial, é o mais adequado para este momento. O plano chegou a ser citado pelo governador gaúcho, Eduardo Leite, como forma de enfrentamento à tragédia climática, quando enfatizou que a recuperação do Estado exigirá um esforço contínuo e a cooperação entre diferentes níveis de governo e a sociedade civil. Quase oito décadas separam esses acontecimentos, a saber que o primeiro resultava de uma guerra que se prolongou de forma contínua por seis anos (1939 – 1945), envolvendo praticamente todas as nações do continente Europeu. O segundo, no Rio Grande do Sul, está relacionado a eventos climáticos, teve duração de 9 dias mais críticos, em uma dimensão territorial próxima ao tamanho da Bulgária.

Empresas & Negócios - Quais são as principais necessidades do Rio Grande do Sul a partir da redução nos níveis pluviométricos?

Riberi - Com a redução no nível pluviométrico dos rios no Rio Grande do Sul, abre-se o espaço para um processo de dupla assistência ao Estado onde, de um lado há a necessidade de atendimento às necessidades mais urgentes e básicas por equipamentos em abrigos, vestuário e alimentos e, outro, para o início da reconstrução da

infraestrutura. Mas o que deve priorizar o governo nesta reconstrução? Está clara a necessidade de reinstalação da integração estadual por estradas que possam garantir a comunicação e acesso a logística para a chegada de doações, bem como de estruturas de saúde com postos e unidades hospitalares para atendimento de uma série de enfermidades emergentes que atingiu a população que transitou em meio as águas poluídas. Ao se afastar o risco de novas chuvas tornando as cidades atingidas, transitáveis, será o momento de se determinar as perdas e avaliar o que pode ser recuperado.

E&N - O Plano Marshall é um bom modelo para a recuperação do Rio Grande do Sul?

Riberi - Em que pese ter sido concebido em circunstâncias diferentes, sob o interesse de uma nação em se posicionar como uma nova potência (EUA), o que pode inspirar é olhar como as nações definiram prioridades para a reconstrução. Vejamos os casos de países como Grécia e Holanda, que foram atingidos pela Segunda Guerra. No primeiro caso, a concepção das políticas públicas não desfrutaram da visão de longo prazo que aquelas estabelecidas pelo segundo. As consequências de escolhas discricionárias de seus governantes foram determinantes para evidenciar o que cada país se tornou 30 anos depois. Este é um ponto chave para determinar uma reconstrução: a tomada de decisões de alocações de recursos com políticas mirando 10, 20 ou 30 anos à frente, cuidando do social simultaneamente a preocupação com o recrudescimento da atividade econômica.

E&N - Quais ações específicas o Estado deve tomar para fomentar o desenvolvimento e a recuperação da infraestrutura?

Riberi - Neste ponto vale uma reflexão que precede a lógica eco-



Especialista destaca que enchentes e guerras deixam em comum um cenário de estruturas destruídas ou interditadas

nômica. Garantir a saúde, alimentação e condições de habitação é basilar, enquanto uma agenda avança de forma concomitante para trabalhar na retomada de serviços essenciais a população, como saneamento, iluminação, abastecimento e educação. Os municípios possuem uma lição de casa árdua para o reinício, com novos planos diretores e urbanísticos de cidades. É um momento de reflexão para se revisar o planejamento urbano, zonas residenciais e o próprio plano de desenvolvimento econômico regional.

E&N - Qual é o papel do Estado na recuperação do Rio Grande do Sul? De que forma os empresários e empreendedores estão inseridos neste contexto?

Riberi - Quando assistimos a catástrofes naturais em diferentes regiões do Brasil, o que assistimos é um retrato da movimentação ágil da população local e a sensibilização de populações que estão distantes, que participam com o envio de doações. No caso do Rio Grande do Sul, o que assistimos foi uma movimentação com maior velocidade da sociedade e empresas (muitas delas com negócios relevantes no Estado) para colocar suas estruturas a serviço das necessidades mais prementes. O poder público muitas vezes possui dificuldades por possuir estruturas complexas, ainda mais quando são envolvidas camadas de servidores de municípios, estados e União, cada qual com ferramentas diferentes e unidades que podem não se comunicar com facilidade, devido a própria burocracia que

ressoa no setor público.

E&N - Como o senhor compara a situação atual do Rio Grande do Sul com o contexto do Plano Marshall?

Riberi - O que há em comum são as consequências percebidas pela população vitimada pelos eventos, que, ao observar a paisagem, o que se vê são estruturas interditadas e destruídas. O Plano Marshall foi uma iniciativa orquestrada pelos Estados Unidos na etapa final da Segunda Guerra, e que apoiou as nações europeias atingidas pela guerra na reconstrução de sua infraestrutura de estradas, portos, aeroportos, desenvolvimento industrial e serviços públicos. Neste sentido existem similaridades em apontar os setores e iniciativas que demandam recursos para retomar um estado de bem-estar social e a própria necessidade de um planejamento que seja sustentável e sobreviva a mudanças em governos.

E&N - Quais aspectos técnicos e financeiros são essenciais para a recuperação gaúcha?

Riberi - Grandes catástrofes demandam a coordenação de recursos e fontes de abastecimento, que vão de medicamentos, equipamentos hospitalares a itens como ração animal. O diagnóstico de uma crise desta natureza não possui acuracidade no presente momento e, mesmo os agentes do setor público no nível estadual passam a depender da expertise de órgãos do governo federal, que podem apoiar neste momento emergencial, como é o caso das Forças Armadas. Por outro lado, certas pastas estarão sobrecarregadas

em um trabalho de planejamento para a implementação de ações e outras podem ceder recursos para o trabalho emergencial. É o cenário de uma gestão de crise em que os atores políticos e servidores públicos assumem mais atividades e demandam o apoio de empresas do setor privado com construção civil, serviços e consultorias. O desafio a frente envolve a disponibilidade de recursos, fontes de financiamento, deixando uma difícil tarefa de equacionar a dívida pública em um momento posterior a estes eventos.

E&N - Por que é importante que a ajuda financeira não se limite ao período em que o problema está em evidência?

Riberi - O pacote de ajuda financeira anunciado pelo governo federal é de longe insuficiente para suprir a necessidade de cada núcleo familiar que perdeu sua residência. Por outro lado, programas de ajuda financeira precisam de sustentar no longo prazo, pois muitas famílias não só tiveram perdas materiais, mas também muitas empresas e estabelecimentos do comércio nas cidades atingidas sofreram com a interrupção de suas atividades. É neste momento em que o governo pode ser um indutor para apoiar empresas e famílias com programas com uma visão mais assistencial e social. Para as empresas não é apenas uma questão de conceder crédito para pagamento em um futuro, e sim momento de oferecer ajuda para que as empresas voltem a alcançar o nível de atividade anterior ao período das enchentes.